



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

AGOSTO

2010



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 23/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 496/479 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 30

739
Compra COAD
19.08.10

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TJ-RJ:** Atendimento em aeroportos – Implantação de Juizados Especiais495
- **TRF-2ª R.:** Central de atendimento em aeroportos – Criação495
- **TST:** Depósito recursal – Novos valores.....495
- **TSE:** Eleições 2010 – Divulgação de dados estatísticos.....494

ATOS DO LEGISLATIVO

- Estatuto da Igualdade Racial – Criação494
- Código de Defesa do Consumidor – Comércio e prestadores de serviços – Obrigatoriedade de manutenção do exemplar.....493

DOCTRINAS

- Lei nº 11.689/2008: Intimação editalícia da pronúncia e ausência do Réu no julgamento – **Daniel Bernoulli Lucena de Oliveira**492
- O vínculo entre as condições da ação e o mérito da causa – **Cirilo Augusto Vargas**491

ESTUDO DE CASOS

- Planos de saúde – Obesidade mórbida – Responsabilidade485
- Terrenos de marinha – Taxa de ocupação – Prescrição e decadência.....483

NOTICIÁRIO

Destaques da semana481

- Agora é Lei: Código Civil argentino autoriza união homoafetiva
- Caso Bruno: Flamengo volta atrás sobre demissão por justa causa
- Crimes virtuais: PGE-RJ ingressa com ação contra o Google
- Emolumentos consulares: MRE aprova regulamento e tabelas
- Era digital: petição eletrônica passa a ser obrigatória no STF
- Informações: bancos sofrerão penalidades com descumprimento
- Nome no SPC: para STJ, inscrição indevida não garante dano moral
- Novo ponto eletrônico: STJ nega liminar e mantém regras

Projetos de lei480

- Alteração do nome no registro civil de nascimento de transexuais
- Ampliação do prazo prescricional de atos de improbidade
- Aumento de pena para abortos provocados por terceiros
- Extensão de benefícios da Previdência aos trabalhadores em aviso prévio
- Fim das restrições para eleitor que deixar de votar
- Novos critérios para indenização de anistiados políticos
- Proibição de castigos corporais em crianças e adolescentes

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 19-7 a 23-7-2010.....479



JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 23/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 480/465 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 30

TEMAS EM DESTAQUE

740
comple COAD
19/08/10

PROCESSO CIVIL

Ação de prestação de contas

w A intimação da sentença que julga procedente o pedido de exigir contas deve ser realizada ao advogado, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte.

Custas

w É desnecessária a intimação pessoal da parte para a complementação das despesas processuais quando formada a relação processual com a citação.

CIVIL E COMERCIAL

Mandato

w A circunstância de constar a designação de procuração *ad judicium* não retira a validade dos poderes especiais constantes expressamente no corpo do instrumento.

Seguro obrigatório

w A indenização decorrente de seguro obrigatório deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso.

PENAL E PROCESSO

Concurso material

w Constatada a mera reiteração habitual, em que as condutas criminosas são autônomas e isoladas, deve ser aplicada a regra do concurso material de crimes.

Furto

w A aplicação do princípio da insignificância exige, além da pequena expressão econômica do bem, um reduzido grau de reprovabilidade da conduta.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contrato de experiência

w As verbas rescisórias referentes à extinção antecipada dos contratos a termo devem ser pagas no prazo de dias.

Horas extras

w O cálculo da indenização pelas horas extras suprimidas não deve ficar restrito ao quinquênio anterior à propositura da ação.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

w É vedado ao município desapropriar bens de propriedade da União ou de suas autarquias e fundações, sem prévia autorização do Presidente da República.

Processo administrativo disciplinar

w O inquérito policial militar não é peça imprescindível ao oferecimento da denúncia, muito menos para a deflagração de processo administrativo.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

w O pagamento parcial da dívida não afeta a sua liquidez quando é possível apurar-se o saldo remanescente, ensejando o prosseguimento da execução fiscal.

Responsabilidade tributária

w A cisão da sociedade é modalidade de mutação empresarial sujeita ao mesmo tratamento jurídico conferido às demais espécies de sucessão.

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

**DOCTRINA – PARECERES – JURISPRUDÊNCIA
TRIBUNAIS DE CONTAS (DECISÕES E ORIENTAÇÕES)**
EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVAS PARA TODO O BRASIL

EDITORA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DDG: 0800-775-7000 Tel.: (11) 3225-7000 Fax: (11) 3225-7001

E-mail: ndj@ndj.com.br Internet: www.ndj.com.br

R. Conselheiro Crispiniano, 344 4º andar

01037-908 São Paulo/SP

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A INEXISTÊNCIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA MODALIDADE CULPOSA (Marcelo Harger)	909
A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA DO ESTADO – Exegese do Art. 37, § 5º, da Constituição Federal e Aplicabilidade no Exercício da Função Controladora Exercida pelos Tribunais de Contas (Marcia Pelegrini)	920
ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL (Giordano da Silva Rossetto)	936
PAGAMENTO DE DIÁRIAS E TRANSPORTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: A INTERPRETAÇÃO DO ART. 173, I E II, DA LEI FEDERAL Nº 8.112/90 (Antonio Carlos Alencar Carvalho)	953
IBGE – Processos de Apuração da População – Censo Demográfico – Contagem Populacional ou Estimativa – Apuração do PIB, tanto Nacional quanto Regional – Impacto no Cálculo do FPM – Não-Identificação de Procedimentos Fora do Padrão – Recomendações (Tribunal de Contas da União)	959
SERVIDOR PÚBLICO – Exoneração a Pedido – Desconstituição do Ato – Alegada Incapacidade Civil – Diagnóstico da Patologia Anos Depois do Desligamento – Ato Jurídico Perfeito – Conversão em Aposentadoria por Invalidez – Ilegalidade – Não-Realização de Perícia por Junta Médica Oficial – Conseqüente Inadmissibilidade da Concessão Posterior de Pensão Civil (Tribunal de Contas da União)	979

continua...

ENCANTOS
REGIONAIS
irib

11 a 13 de março de

2010
TIRADENTES • MG

25º ENCONTRO REGIONAL DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TIRADENTES • MG



Instituto de Registro
Imobiliário do Brasil

ISSN 1677-437X

Boletim do IRIB em revista
edição 338



Capa:

Matriz de Santo Antônio,
construção iniciada em 1710.
Fachada de Aleijadinho,
construída em 1810/16.
Tiradentes, Minas Gerais, Brasil
www.shutterstock.com

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Francisco José Rezende dos Santos (MG) – **Secretário Geral:** José Augusto Alves Pinto (PR) – **1ª Secretária:** Kenia Mara Felipetto Malta Valadares (ES) – **2ª Secretária:** Sérgio Basso (SP) – **Tesoureira Geral:** Wanda Maria Oliveira Penna Antunes da Cruz (SP) – **1ª Tesoureira:** Ari Álvares Pires Neto (MG) – **Diretor Social e de Eventos:** Jordan Fabrício Martins (SC) – **Diretor de Assistência aos Associados:** Antonio Carlos Carvalhos (SP) – **Diretora Legislativa:** Léa Emília Braune Portugal (DF) – **Diretor de Assuntos Estratégicos:** Emanuel Costa Santos (SP) – **Diretor de Assuntos Internacionais:** Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza (RJ) – **Diretor de Assuntos Agrários:** Eduardo Agostinho Arruda Augusto (SP) – **Diretor de Tecnologia e Informática:** Fláuzilino Araújo dos Santos (SP) – **Diretor Especial de Implantação do Registro Eletrônico:** João Carlos Kloster (PR) – **Diretor de Publicidade, Divulgação e Mídia Digital:** Sérgio Jacomino (SP) – **Diretor de Meio Ambiente:** Marcelo Augusto Santana de Melo (SP)

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ricardo Basto da Costa Coelho (PR) / **Presidente do Conselho Deliberativo** – Sérgio Toledo de Albuquerque (AL) – Stanley Queiroz Fortes (AM) – Expedito William de Araújo Assunção (CE) – Luiz Gustavo Leão Ribeiro (DF) – Etelvina Abreu do Valle Ribeiro (ES) – Clenon de Barros Loyola Filho (GO) – José Wilson Pires Sampaio (MA) – Roberto Dias de Andrade (MG) – Miguel Seba Neto (MS) – Haroldo Canavarros Serra (MT) – Cleomar Carneiro de Moura (PA) – Fernando Meira Trigueiro (PB) – Miriam de Holanda Vasconcelos (PE) – Maria Elizabeth Paiva e Silva Muller (PI) – Décio José de Lima Bueno (RO) – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento Filho (RJ) – Carlos Alberto da Silva Dantas (RN) – João Pedro Lamana Paiva (RS) / **Vice-presidente do Conselho** – Gleci Palma Ribeiro Melo (SC) – Maria do Carmo de Rezende Campos Couto (SP)

SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO:

Cícero Tadeu Ribeiro (AL) – Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso (DF) – Bruno Santolin Cipriano (ES) – Mauro Velasco da Silva (GO) – Ari Álvares Pires Neto (MG) – Renato Costa Alves (MS) – José de Arimatéia Barbosa (MT) – Kedma Faria Tavares (PA) – Paula Izique Victorelli (PR) – Marcelo Braune (RJ) – Julio Cesar Weschenfelder (RS) – Joélio Escobar (SP)

MEMBROS NATOS DO CONSELHO DELIBERATIVO EX-PRESIDENTES DO IRIB:

Jether Sottano (SP) – Italo Conti Jr (PR) – Dimas Souto Pedrosa (PE) – Lincoln Bueno Alves (SP) – Sérgio Jacomino (SP) – Helvécio Duia Castello (ES)

COORDENADORIA EDITORIAL:

Luciano Lopes Passarelli – Marcelo Augusto Santana de Melo – Sérgio Jacomino

CONSELHO EDITORIAL:

Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza – Frederico Henrique Viegas de Lima – Luiz Egon Richter – Marcelo Guimarães Rodrigues – Maria do Carmo Rezende Campos Couto – Mário Pazutti Mezzari – Ridalvo Machado de Arruda – Rodrigo Toscano de Brito

CONSELHO FISCAL:

Alex Canziani Silveira (PR) – Inah Álvares da Silva Campos (MG) – Pedro Jorge Guimarães Almeida (AL) – Rosa Maria Veloso de Castro (MG) – Rubens Pimentel Filho (ES)

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL:

Bruno Santolin Cipriano (ES) – Wolfgang Jorge Coelho (MG)

CONSELHO DE ÉTICA:

Ademar Fioranelli (SP) – Nicolau Balbino Filho (MG) – Oly Érico da Costa Fachin (RS)

SUPLENTE DO CONSELHO DE ÉTICA:

Geraldo Mendonça (RJ) – Paulo de Siqueira Campos (PE) – Mario Pazutti Mezzari (RS)

Sede: Av. Paulista, 1439 – 9º andar – Cj/94 – CEP 01311-200 – São Paulo – SP

Telefones/Fax: (0xx11) 3289 3340 / 3289 3599 / 3289 3321

Secretaria do IRIB: irib@irib.org.br **Homepage:** www.irib.org.br

Direitos de reprodução: As matérias aqui veiculadas podem ser reproduzidas mediante expressa autorização dos editores, com a indicação do fonte.

Presidente:

Francisco José Rezende dos Santos

Editora e Jornalista Responsável:

Fátima Rodrigo

MTB 12.576

Edição de Arte:

Jorge Zaiba

Fotos:

Carlos Petelinkar

Impressão e Acabamento:

Gráfica e fotolito Ideal

Boletim do irib em revista

2 IRIB realiza 25º Encontro Regional em Tiradentes com grande participação de registradores

9 A perspectiva da atividade registral imobiliária diante dos desafios dos novos tempos

Sérgio Jacomino

19 A perspectiva da atividade registral imobiliária diante dos desafios dos novos tempos

Luciano Lopes Passarelli – Debatedor

22 Reserva Legal Florestal (RLF)

Marcelo Augusto Santana de Melo

35 O direito de propriedade e a Reserva Florestal Legal

Maria Aparecida Bianchin Pacheco e Luciano Badini – Debatedores

39 O direito de propriedade e a Reserva Florestal Legal

José Carlos Carvalho – Debatedor

42 O direito de propriedade e a Reserva Florestal Legal

Célio Valle – Debatedor

44 Minha Casa Minha Vida

João Pedro Lamana Paiva

57 Minha Casa, Minha Vida

Marinella Machado Araújo

60 As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade

Ademar Fioranelli

66 As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade

Marcelo Guimarães Rodrigues – Debatedor

68 As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade

João Teodoro da Silva – Debatedor

72 As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade

Andréa Baeta e Paulo Henrique – Debatedores

74 Regularização da construção de duas ou mais unidades autônomas em um só lote. Casas assobradadas. Casas Geminadas.

Mario Pazutti Mezzari

83 A regularização de construção de duas ou mais unidades autônomas em um só lote. Casas assobradadas. Casas geminadas.

Carlos Eduardo César, Marcelo de Carvalho, Francisco José Rezende dos Santos, e Valestan Milhomem da Costa – Debatedores

ISSN 0103-703-X

www.trf1.jus.br

Número 6 Ano 22 Junho /2010

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Belo Monte: polêmica e decisão

Confira neste número a decisão do então presidente desta Corte sobre a polêmica em torno da construção, pelo Governo Federal, de uma usina hidroelétrica em plena Floresta Amazônica

Ponto de Vista

A intervenção do Direito Penal na gerência da sociedade

Raul Livino

Artigos Doutrinários

Propriedade, posse e Constituição

Tourinho Neto

O termo inicial da prescrição da pretensão punitiva no crime de estelionato praticado contra a Previdência Social

Robério Celestino de Souza

Tópicos Jurídicos

Breves considerações sobre a Lei 12.234, de 5 de maio de 2010

Aldo de Campos Costa

Proibição das pulseirinhas do mal

Damásio de Jesus

JUSTITIA SOCIETATIS F

Editorial	15
Juramento	17
Epígrafe	19
Ponto de Vista	21
A intervenção do Direito Penal na gerência da sociedade Raul Livino	
Variedades	25
Improbidade administrativa e ato de improbidade Osmar Tognolo	
Artigos Doutrinários	33
Propriedade, posse e Constituição, 33 Tourinho Neto	
O termo inicial da prescrição da pretensão punitiva do crime de estelionato praticado contra a Previdência Social, 39 Robério Celestino de Souza	
Tópicos Jurídicos	47
Breves considerações sobre a Lei 12.234, de 5 de maio de 2010, 47 Aldo de Campos Costa	
Proibição das pulseirinhas do mal, 51 Damásio de Jesus	
Inovações Legislativas	53
Lei 12.219, de 31/03/2010, 53 Altera o art. 73 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas, e com os Municípios com o objetivo de prevenir o seu uso indevido, e possibilitar a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.	
Lei 12.236, de 19/05/2010, 54 Altera o art. 723 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para adequá-lo às exigências da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.	
Lei 12.245, de 24/05/2010, 55 Altera o art. 83 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.	

Revista
Bonijuris
 AGOSTO/10

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXXIII

Alimentos - Falecimento do Genitor
 - Obrigação dos Avós (TJ/SC)

Apartamento - Vazamento - Tubulação Comum
 - Responsabilidade do Condomínio (TJ/DF)

Execução Contra Instituição Financeira
 - Penhora - Letra Financeira do Tesouro (STJ)

Tráfico de Drogas - Substituição por Pena
 Restritiva de Direitos - Possibilidade (STF)

Terceirização Ilícita - Banco Público
 - Contrato Nulo - Efeitos (TRT/4a. Reg.)

Concurso Público - Teste Psicotécnico
 - Ausência de Objetividade (STJ)

Importação de Aeronave - Leasing
 - Empresa de Transporte Aéreo - ICMS (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LIV

Lei 12.275/10 - Consolidação das Leis
 do Trabalho - CLT - Agravo de Instrumento
 - Documentos Obrigatórios - Custas

Emenda Constitucional 66/10 - Casamento
 Civil - Dissolubilidade pelo Divórcio

DOCTRINA**O RENASCIMENTO DO DIREITO COMPARADO
 ESTUDO EM HOMENAGEM A ANA MARIA VILELA**

Luiz Fernando Coelho
 Pág. V

**O NOVO ESTUPRO E A LEI DOS CRIMES HEDIONDOS:
 PROBLEMAS DE SOBRA**

Plínio A. B. Gentil
 Pág. XIV

**CAPTAÇÃO ILÍCITA DE VOTOS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS:
 UMA INTERPRETAÇÃO PARA A GENERALIDADE DO ARTIGO 175,
 PARÁGRAFO 4º, DA LEI 4.737/65 À FRENTE DA APLICAÇÃO DA
 TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA E A RELATIVIZAÇÃO
 DO PRINCÍPIO DO APROVEITAMENTO DE SUFRÁGIO**

Kleber Cazzaro
 Pág. XVII

**ENSAIO CRÍTICO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE
 DECISÃO QUE JULGA A AÇÃO RESCISÓRIA**

Gelson Amaro de Souza
 Rafael José Nadim de Lazari
 Pág. XXIII

**INDÚSTRIA DO TABACO E RESPONSABILIDADE CIVIL - PRIMEIRAS
 IMPRESSÕES DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL 1.113.00**

Denis Donoso
 Pág. XXVI

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LV

Balizas para o Fornecimento de Medicamentos ao Jurisdicionado: Breves Reflexões
 Baseadas na Conjugação de Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
 com o Princípio Tridimensional da Proporcionalidade
 Hidemberg Alves da Frota

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001
 STF - Registro nº 34/2003
 STJ - Registro nº 56/2005

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
 Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Rolf Koerner Júnior
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
 Geison de Oliveira Rodrigues
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
 Rafael Cessetti
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

Sumário**DOCTRINA**

O Renascimento do Direito Comparado - Estudo em Homenagem a Ana Maria Vilela	05
<i>Luiz Fernando Coelho</i>	
O Novo Estupro e a Lei dos Crimes Hediondos: Problemas de Sobra	14
<i>Plínio A. B. Gentil</i>	
Captação Ilícita de Votos nas Eleições Proporcionais: Uma Interpretação para a Generalidade do Artigo 175, Parágrafo 4º, da Lei 4.737/65 à Frente da Aplicação da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada e a Relativização do Princípio do Aproveitamento de Sufrágio	17
<i>Kleber Cazzaro</i>	
Ensaio Crítico sobre a Competência para o Cumprimento da Decisão que Julga a Ação Rescisória	23
<i>Gelson Amaro de Souza</i>	
<i>Rafael José Nadim de Lazari</i>	
Indústria do Tabaco e Responsabilidade Civil - Primeiras Impressões do Julgamento do Recurso Especial 1.113.804	26
<i>Denis Donoso</i>	

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Ação de Reparação Civil - Dano Causado por Empregado - Fraude Contra o Empregador (TST)	30
---	----

INTEIRO TEOR

Alimentos - Falecimento do Genitor - Obrigação dos Avós (TJ/SC)	33
Apartamento - Vazamento - Tubulação Comum - Responsabilidade do Condomínio (TJ/DF)	34
Execução Contra Instituição Financeira - Penhora - Letra Financeira do Tesouro (STJ)	36
Tráfico de Drogas - Substituição por Pena Restritiva de Direitos - Possibilidade (STF)	38
Terceirização Ilícita - Banco Público - Contrato Nulo - Efeitos (TRT/4a. Reg.)	40
Concurso Público - Teste Psicotécnico - Ausência de Objetividade (STJ)	41
Importação de Aeronave - <i>Leasing</i> - Empresa de Transporte Aéreo - ICMS (STJ)	43

EMENTÁRIO

Civil - Comercial	45
Imobiliário	46
Processo Civil	47
Penal - Processo Penal	48
Trabalhista - Previdenciário	50
Administrativo - Constitucional	51
Tributário	52

LEGISLAÇÃO

Lei 12.275/10 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - Agravo de Instrumento - Documentos Obrigatórios - Custas	54
Emenda Constitucional 66/10 - Casamento Civil - Dissolubilidade pelo Divórcio	54

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

Balizas para o Fornecimento de Medicamentos ao Jurisdicionado: Breves Reflexões Baseadas na Conjugação de Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul com o Princípio Tridimensional da Proporcionalidade	55
<i>Hidemberg Alves da Frota</i>	

EVENTOS/NOTÍCIAS	58
-------------------------------	----

REPOSITÓRIO AUTORIZADO

TST Nº 24/2001
 STF Nº 34/2003
 STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
 AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
 AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
 ISSN 1809-3256
Qualis C – Capes
 Ano XXII - Nº 561
 Edição Mensal - Agosto/10

Editor
 Jornalista Arnaldo Anater
(in memoriam)

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.bonijuris.com.br

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br

Suporte Técnico

Fone: (41) 3019-3193 - suporte@bonijuris.com.br

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - juridico@bonijuris.com.br



AMAJME

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS
JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

CNPJ: 65.137.044/0001-03

Declarada de Utilidade Pública Federal

Decreto de 9 de julho de 1997

(D.O.U nº 130,10/07/97)

Presidente: Getúlio Corrêa (SC);

Vice-Presidentes Regionais:

Centro-Oeste, Alexandre Antunes

da Silva (MS);

Nordeste, Ricardo Vital de Almeida (PB);

Norte, José Roberto P.M.Bezerra Jr (PA);

Sudeste, Jadir Silva (MG); e

Sul, Francisco José de Moura Muller (RS).

Secretário Executivo – Zildo Luiz de Souza

Sede atual:

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,

Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,

CEP 88015-100 - Telefone (0XX 48 3224.3488

e Fax 3224.3491)

www.amajme-sc.com.br

amajme@amajme-sc.com.br e amajme@uol.com.br

PERIODICIDADE

Bimestral

PROJETO GRÁFICO

Consenso Editora

REVISÃO

Tahís Helena C. Dutra

DISTRIBUIÇÃO

Magistrados Estaduais e Federais, Militares

Estaduais e Federais, Membros do Ministério

Público, Advogados, Órgãos Públicos,

Entidades de Classe, Faculdades de Direito

e Meios de Comunicação.

CAPA

Elevador Lacerda e Farol da Barra - Salvador - Bahia.

Logo XI Congresso Nacional das Justiças Militares

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução desde que citada a fonte.

NESTA EDIÇÃO

ENTREVISTA

Nosso entrevistado é o Exmo Sr. Dr. **Jadir Silva**, Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais **3**

A INVIOLABILIDADE DO ADVOGADO E AS BUSCAS EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Marco Antônio Marques da Silva **6**

PM TEMPORÁRIO: DO EVENTUAL RESSURGIMENTO DA FIGURA DO ASSEMELHADO À INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA CRIADORA

Jorge Cesar de Assis **8**

A CONDIÇÃO DE MILITAR NA AÇÃO PENAL PELO CRIME DE DESERÇÃO

Ailton José da Silva **12**

FALHAS NA BALÍSTICA DE MUNIÇÕES

Laércio Gazinhato **16**

RESPONSABILIDADE DE COMANDO

Carlos Frederico de Oliveira Pereira **23**

PODER MILITAR, SOBERANIA E EFETIVIDADE DO DIREITO

Reis Friede **27**

INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E INTERESSE RECURSAL:

COISAS DISTINTAS

Ricardo Vergueiro Figueiredo **32**

CRIME MILITAR COMETIDO POR MILITAR INATIVO

Cícero Robson Coimbra Neves **35**



ISSN 0103-703-X

Número 4 Ano 22

Abril 2010

www.trf1.gov.br

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Atualidades: ponto de vista

A Previdência e Assistência brasileiras desejam o social

José Amilcar de Queiroz Machado

Artigos doutrinários

A proteção da confiança legítima, o princípio constitucional da boa-fé e a resistência à tributação

Paulo Adyr Dias do Amaral

Premissas históricas e teóricas sobre a Constitucionalização do Direito

Danilo Nascimento Cruz

O novo conceito de sentença e a natureza jurídica do ato judicial que resolve questões incidentais

Daniel Carneiro Machado

Tópicos jurídicos

Juiz imparcial

Vallisney de Souza Oliveira

Uma nova função da Defensoria Pública perante o Direito Internacional dos Direitos Humanos

Waltenberg Lima de Sá

Editorial, 15

Juramento, 17

Epígrafe, 19

Atualidades: ponto de vista, 21

A previdência e assistência brasileiras desejam o social

José Amílcar de Queiroz Machado

Discurso, 25

Discurso em comemoração ao 21º aniversário do TRF 1ª Região

Maria do Carmo Cardoso

Gastando o Latim, 29

Habeas Verbum: língua do Direito, 31

Nunca separe por vírgula – parte I

Variedades, 37

A Carta,

Pero Vaz de Caminha

Artigos doutrinários

A proteção da confiança legítima, o princípio constitucional da boa-fé e a resistência à tributação, 49

Paulo Adyr Dias do Amaral

Premissas históricas e teóricas sobre a constitucionalização do Direito, 68

Daniilo Nascimento Cruz

O novo conceito de sentença e a natureza jurídica do ato judicial que resolve questões incidentais, 79

Daniel Carneiro Machado

Tópicos jurídicos

Juiz imparcial, 87

Vállisney de Souza Oliveira

Uma nova função da Defensoria Pública perante o Direito Internacional dos Direitos Humanos, 89

Waltenberg Lima de Sá

Inovações Legislativas, 97

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – 417 a 421

REGIONAL FEDERAL

1ª REGIÃO

ISSN 0103-703-X

Número 5 Ano 22

Maio 2010

www.trf1.jus.br

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Tópico Jurídico

As Malvinas são argentinas?

Camila Daros Cardoso e Oscar Valente Cardoso

Artigos Doutrinários

A coisa julgada e a manutenção de benefícios previdenciários por incapacidade – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez

José Renato Rodrigues

A irrecorribilidade da sentença de primeiro grau

João Cruz Beleza

Ponto de Vista

As inovações da reforma do Código de Processo Penal

Eugênio Pacelli de Oliveira

TTIA SOCIETATIS FUNDAMENTUM

Editorial, 13

Juramento, 15

Epígrafe, 17

Ponto de Vista, 19

As inovações da reforma do Código de Processo Penal

Eugênio Pacelli de Oliveira

Habeas Verbum, 23

Nunca separe por vírgula – parte II

Variedades, 27

Guerra e Paz

León Tolstói

Artigos Doutrinários

A coisa julgada e a manutenção de benefícios previdenciários por incapacidade – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, 31

José Renato Rodrigues

A irrecorribilidade da sentença de primeiro grau, 44

João Cruz Beleza

Tópico Jurídico, 53

As Malvinas são argentinas?

Camila Daros Cardoso e Oscar Valente Cardoso

Inovação Legislativa, 57

Lei 12.234, de 5 de maio de 2010 – altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940 – Código Penal

Acórdãos: inteiros teores

Corte Especial – Suspensão de segurança. A decisão de primeiro grau que revoga a antecipação dos efeitos da tutela desafia a interposição de recurso próprio, que não o pedido de suspensão de liminar, 59

Numeração única: 0020452-85.2008.4.01.0000

Rel.: Desembargador Federal Presidente

Agravo Regimental na SL 2008.01.00.020775-5/DF

Revista

BRASILEIRA DE
Ciências Criminais

Ano 18 • n. 83 • mar.-abr. / 2010

Revista **BRASILEIRA DE** Ciências Criminais

Ano 18 • n. 83 • mar.-abr. / 2010

Coordenação

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Publicação oficial do



SUMÁRIO

I. DIREITO PENAL

1. A legitimidade do direito penal econômico como direito penal de perigo – Uma análise à luz dos princípios da lesividade e da intervenção mínima
ARIELLA TOYAMA SHIRAKI 7
2. Algunas soluciones a los problemas que plantea la responsabilidad por el producto en el derecho penal argentino
EUGENIO C. SARRABAYROUSE 53
3. As origens ideológicas do direito penal do inimigo
FRANCISCO MUÑOZ CONDE 93
4. Acessoriedade administrativa, princípio da legalidade e suas (in)compatibilidades no direito penal ambiental
JOSÉ DANILO TAVARES LOBATO 120

II. PROCESSO PENAL

1. Estudo sobre a verdade no processo penal
DENISE PROVASI VAZ 163

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Tráfico de drogas e o conceito de controle social: reflexões entre a solidariedade e a violência
ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO 185

IV. SISTEMA PRISIONAL

1. Algo más que el tiempo como duración: la entidad cualitativa del espacio de prisión al tiempo de pena
PABLO ANDRÉS VACANI 237

V. HISTÓRIA

1. Delegados de polícia e a gestão cotidiana da violência em São Paulo, final do século XIX
 LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA 271

VI. SEÇÃO ESPECIAL: DIREITOS HUMANOS

1. O genocídio e o crime de genocídio
 GERALDO MINIUCI 299
2. Considerações sobre o arquivamento do inquérito policial: requisitos e controle judicial (estudo de caso)
 SALO DE CARVALHO 322

VII. O DIREITO EM AÇÃO

1. Sentença penal condenatória do ex-ditador uruguaio Juan María Bordaberry 351

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- AUTORES 423
- TEMAS 424

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010.....427

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 429

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1413-3873

REVISTA
DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

SUMÁRIO

DOCTRINA

Álvaro Mayrink da Costa - Os desafios da pena de prisão e do encarceramento cautelar	3
Arnoldo Wald - Os limites constitucionais da arbitragem	15
Damásio de Jesus - Embriaguez ao volante: notas à Lei n. 11.705/2008	27
Emerson Garcia - As resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público e o seu necessário balizamento	35
Fernando Capez - O estado laico e a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas	49
Frederico Rangel de Albernaz - A desnecessidade da intervenção do Ministério Público na ação penal privada	53
Hugo Nigro Mazzilli - Prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público	77
José Barcelos de Souza - Problemas decorrentes da reforma processual de 2008: citação do acusado, nomeação de defensor e sua constituição <i>apud acta</i>	83
José dos Santos Carvalho Filho - A sobrevivente ética de Maquiavel	89
Samuel Auday Buzaglo - Erro médico - enfoque civil, penal e ético	99
Sergio Demoro Hamilton - Análise das alterações sofridas na legislação processual penal: os procedimentos - (II)	123

PARECERES E RAZÕES

Filmagem por câmeras de vigilância não caracteriza crime impossível, eis que não se trata de flagrante preparado, mas meramente esperado. Respaldo na Lei de Combate ao Crime Organizado. Desistência voluntária. Não caracterização quando o agente deixa de prosseguir na execução do delito ante o temor de ser preso e responsabilizado penalmente. (Afonso Henrique Reis Lemos Pereira)	141
--	-----

Revista Jurídica®

ANO 58 – JUNHODE 2010 – Nº 392

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETORES

Marco Antônio Coutinho Paixão

Luiz Antônio Duarte Aiquel

CONSELHO EDITORIAL

- Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich
Antonio Janyr Dall'Agnol Jr. – Araken de Assis – Arruda Alvim
Carlos Alberto Molinaro – Cezar Roberto Bitencourt
Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustárroz
Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim
Eduardo de Oliveira Leite – Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani
Fátima Nancy Andrichi – Freddie Didier Junior
Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior
Ingo Wolfgang Sarlet – J.J. Calmon de Passos (*in memoriam*)
João José Leal – José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner
José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci
Juarez Freitas – Lúcio Delfino – Luis Guilherme Aidar Bondioli
Lufs Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin
Luiz Guilherme Marinoni – Luiz Manoel Gomes Junior
Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena
Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)
Ovídio Araújo Baptista da Silva (*in memoriam*)
Paulo Luiz Netto Lôbo – Rolf Madaleno
Salo de Carvalho – Sergio Cruz Arenhart – Sérgio Gilberto Porto
Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira
-

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Eduardo Arruda Alvim
(Aspectos do Mandado de Segurança Coletivo à Luz da Lei 12.016/09)
- 49 Eduardo Talamini
(As Partes e os Terceiros no Mandado de Segurança Individual, à Luz de Sua Nova Disciplina (Lei 12.016/2009))
- 75 Valkíria A. Lopes Ferraro, João Carlos Leal Júnior e Renata Mayumi Sanomya
(Da Utilização de Células-Tronco Embrionárias em Período de Descarte: O Conflito Entre o Direito à Vida e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana)
- 111 Ricardo Rodrigues Gama
(Processo Judicial Verbal: Uma Proposta)

Doutrina Penal

- 123 Lisandro Luís Wottrich
(Revisitando o Sistema Inquisitorial: O Inciso I do Artigo 156 do Código de Processo Penal e a Produção Antecipada de Provas)

Jurisprudência Cível

- 139 Superior Tribunal de Justiça
- 145 Superior Tribunal de Justiça
- 149 Superior Tribunal de Justiça
- 153 Ementário Cível

Revista IOB

DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ANO XI — Nº 64 — MARÇO-ABRIL 2010

CLASSIFICADA NO QJALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça – Nº 45/2000
Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 20/2001
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Nº 07/0042596-9
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Nº 10/2007

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Líliana C. V. Polido

EDITORA

Simone Costa Salleti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Marcato, Araken de Assis, Arruda Alvim,
Athos Gusmão Carneiro, Ênio Santarelli Zuliani, Humberto Theodoro Jr.,
João Baptista Villela, José Carlos Barbosa Moreira, José Rogério Cruz e Tucci,
Ricardo Raboneze, Sérgio Gilberto Porto, Silvio de Salvo Venosa

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Athos Gusmão Carneiro, Carlos Roberto Tavarnaro, Daniela Araujo Espurio,
Elias Marques de Medeiros Neto, Fernando Rister de Sousa Lima,
Jesusaldo Eduardo de Almeida Júnior, José Rogério Cruz e Tucci,
Leonardo Faria Schenk, Leslie Amendolara, Luís Rodolfo Cruz e Creuz,
Marília Mazon, Rodrigo Carrijo Mendes Carbone, Solange Thomé,
Tiago Machado Burtet, Victor Aguiar Jardim de Amorim, Wendel Fernando Brunieri

Assunto Especial**ALTERAÇÕES NA LEI DE LOCAÇÃO****DOCTRINAS**

1. Mudanças na Fiança Locatícia
Leslie Amendolara 7
2. Inovações da Lei de Locação
Jesusaldo Eduardo de Almeida Júnior 10
3. As Alterações da Lei Inquilinária
Carlos Roberto Tavarnaro e Solange Thomé 18
4. Alterações na Lei de Locação – Mudanças Importantes
Daniela Araujo Espurio 28

JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário 33

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. Da Penhora *On-Line* e da Penhora de Faturamento
Athos Gusmão Carneiro 41
2. Mandado de Segurança em Prol do Titular do “Direito Originário”
(Artigo 3º da Lei nº 12.016/2009)
José Rogério Cruz e Tucci 45
3. Possibilidade de Modulação do Procedimento pelo Juiz na Nova Lei
de Ação Civil Pública (Artigo 10, § 1º, do Projeto de Lei nº 5.139/2009)
Wendel Fernando Brunieri 52
4. Distribuição de Competências no Processo Executivo Português
Reformado
Leonardo Faria Schenk 61
5. Dos Limites Subjetivos da Eficácia da Coisa Julgada
Victor Aguiar Jardim de Amorim 77
6. A Uniformização da Jurisprudência Como Instrumento da Dogmática
Jurídica
Fernando Rister de Sousa Lima e Rodrigo Carrijo Mendes Carbone 101
7. Emolumentos nos Serviços de Notas e de Registros: Incidência,
Imunidade, Isenções e Assistência Judiciária Gratuita
Tiago Machado Burtet 110

Revista IOB

DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ANO XI — Nº 65 — MAIO-JUN 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça — Nº 45/2000

Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 20/2001

Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0

Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 07/0042596-9

Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2007

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITORA

Simone Costa Salleti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Marcato, Araken de Assis, Arruda Alvim,
Athos Gusmão Carneiro, Ênio Santarelli Zuliani, Humberto Theodoro Jr.,
João Baptista Villela, José Carlos Barbosa Moreira, José Rogério Cruz e Tucci,
Ricardo Raboneze, Sérgio Gilberto Porto, Silvio de Salvo Venosa

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia, Arthur Mendes Lobo, Carlos Henrique Soares,
Cleiton Carlos de Abreu Coelho Barreto, Gabriela Soares Balestero,
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano, Humberto Theodoro Júnior, José Pizetta,
Magno Federici Gomes, Márcia de Azevedo Martins, Rogério Montai de Lima

Assunto Especial**JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA****DOCTRINAS**

1. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153, de 22.12.2009)
Humberto Theodoro Júnior 7
2. Juizado Especial da Fazenda Pública, Sistema dos Juizados Especiais, Sua Ideologia, Sua Alma e Seus Amores
José Pizetta 28

ACONTECE

1. Lei Cria Juizados Especiais da Fazenda Pública 38

JURISPRUDÊNCIA

1. Ementário 45

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. O Reexame Necessário e os Princípios da Igualdade e da Proporcionalidade
Magno Federici Gomes e Márcia de Azevedo Martins 50
2. Causas Impeditivas de Recursos
Cleiton Carlos de Abreu Coelho Barreto e Rogério Montai de Lima 83
3. Considerações Preliminares sobre o Relatório do Novo Código de Processo Civil
Carlos Henrique Soares 119
4. A Necessidade da Quebra do Protagonismo Judicial: a Comparticipação na Construção do Provimento Jurisdicional, uma Abordagem Habermasiana e Fazzalariana
Gabriela Soares Balestero e Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia 134
5. Apontamentos sobre a Cessão de Crédito e Sua Oponibilidade em Relação a Terceiros à Luz da Jurisprudência do STJ
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano 149

JURISPRUDÊNCIA**ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA**

1. Superior Tribunal de Justiça 166
2. Superior Tribunal de Justiça 175

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Araken de Assis
(Dever de Veracidade das Partes no Processo Civil)
- 27 Carlos Henrique Bezerra Leite e
Laís Durval Leite
*(Meios de Defesas do Executado e
os Limites da Coisa Julgada)*
- 55 Natália Taves Pires, João Carlos Leal Júnior e
Janaina Lumy Hamdan
*(Possibilidade e Limitação na Conversão do Agravo de
Instrumento em Retido no Processo Civil Brasileiro)*
- 73 Luciane Klein Vieira
*(A Responsabilidade Civil Extracontratual no Direito
Internacional Privado Brasileiro)*

Doutrina Penal

- 95 Fabrício Dreyer de Avila Pozzebon
*(O Direito Fundamental à Motivação no
Processo Penal e o Duplo Grau de Jurisdição)*

Jurisprudência Cível

- 117 Superior Tribunal de Justiça
- 125 Superior Tribunal de Justiça
*(Responsabilidade Civil da Corretora de Valores Mobiliários.
Acórdão comentado por Fernando Mundstock Steffen)*
- 129 Superior Tribunal de Justiça

REVISTA JURÍDICA
EMPRESARIAL

ANO 3 – MARÇO/ABRIL DE 2010 – Nº 13

DIRETORES

Antonio Janyr Dall’Agnol Junior
Marco Antônio Coutinho Paixão
Sérgio Gilberto Porto

CONSELHO EDITORIAL

Anderson Vichinkeski Teixeira
Arnoldo Wald
Caleb Salomão Pereira
Cesar Roberto Bittencourt
Daniel Ustárroz (Coordenador)
Éderson Garin Porto
Euclides Rosa Filho
Fábio Ulhoa Coelho
Gilberto Stürmer
Giuseppe Vettori
Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Ives Gandra Martins
José Augusto Delgado
José Tadeu Neves Xavier
Mariângela Guerreiro Milhoranza
Raúl Cervini
Ricardo Lobo Torres
Ruy Rosado de Aguiar Junior
Vera Maria Jacob de Fradera

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti
(Ilicitude de Condições Restritivas da Participação em Licitações, Impostas por Atos Convocatórios com Pretensão Apoio em Normas Regulamentares)
- 47 Ernesto José Toniolo
(A Penhora do Faturamento da Empresa na Execução Fiscal. Uma Questão de Conformação entre Direitos Processuais Fundamentais no Âmbito do Processo Executivo)
- 71 Fernando Sá
(O Seguro de Crédito Obrigatório no Sistema Financeiro da Habitação e no Programa "Minha Casa, Minha Vida")
- 89 Natália Taves Pires
(Breves Comentários Sobre a Principiologia Regente do Direito Ambiental Brasileiro)
- 101 Rodrigo Trindade de Souza
(Punitive Damages e o Direito do Trabalho Brasileiro: Adequação das Condenações Punitivas para a Necessária Repressão da Delinquência Patronal)
- 139 Mariângela Guerreiro Milhoranza e Fernando Mundstock Steffen
(A Justa Causa no Direito do Trabalho)

Doutrina Estrangeira

- 151 Livia Lenz de Moraes
(A Comparative Study of Insider Trading Regulation and Its Enforcement in Brazil and the U.S)

Revista

Jurídica Tributária

ANO 3 – ABRIL/JUNHO DE 2010 – Nº9

DIRETORES

José Augusto Delgado
Marco Antônio Coutinho Paixão
Paulo Caliendo

CONSELHO EDITORIAL

Anderson Vichinkeski Teixeira
Betina Grupenmacher
Bruno Oliveira Cardoso
Cristiano Carvalho
Eurico de Santi
Giuseppe Tinelli (Itália)
Heleno Taveira Tôres
Joachim Englisch (Alemanha)
Luis Alonso González
Marcos Catão
Mariângela Guerreiro Milhoranza (Coordenadora)
Mary Elbe
Misabel Abreu Machado Derzi
Paulo Ayres
Paulo de Barros Carvalho
Ricardo Lobo Torres
Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sérgio Vasquez (Portugal)

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 Andrei Pitten Velloso
(Exceções Ilegítimas aos Princípios da Anterioridade e da Estrita Legalidade Tributária)
- 25 Renato Lopes Becho
(Sobre a Meta nº 3/2010-CNJ e a Redução das Execuções Fiscais)
- 57 Marcelo Fróes Del Fiorentino
(Breves Comentários a Respeito de Algumas Súmulas Administrativas Existentes no Âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF))
- 73 Carla Bonomo
(A Eficácia da Capacidade Contributiva e a Justiça Social)
- 89 Valdete Souto Severo
(Natureza Jurídica das Contribuições Previdenciárias)
- 121 Leonardo Oliveira Soares
(Embargos de Devedor e Execução Fiscal (Efeito Suspensivo Sob a Óptica Jurisprudencial))
- 135 Bruno Oliveira Cardoso
(A Impossibilidade de Restrição na Transferência e Aproveitamento dos Créditos de ICMS Oriundos de Atividade de Exportação, por Legislação Estadual)

Doutrina Estrangeira

- 151 Fabio Saponaro
(Il Titolo Esecutivo Europeo: Prospettive in Materia Fiscale)

Atualidades Tributárias

- 189 José Augusto Delgado
(Atualidades Tributárias nos Meses de Abril a Junho de 2010)



REVISTA FORENSE

Volume 407 – ANO 106

JANEIRO – FEVEREIRO DE 2010

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

FUNDADORES

Mendes Pimentel
Estêvão Pinto

DIRETORES

Arruda Alvim
Thereza Arruda Alvim
Eduardo Arruda Alvim
Araken de Assis

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem
Eduardo Camargo Righi
Francisco Bilac Moreira Pinto Filho
Humberto Theodoro Júnior
Jorge Miranda



José Carlos Barbosa Moreira
José Ribas Vieira
Luiz Fux
Maria Mendez Rocasolano
Nelson Nery Costa



SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
DOCTRINAS	
A CLONAGEM HUMANA À LUZ DO DIREITO CIVIL: O EU REVIVIDO, UM NOVO EU, OU UMA ABERRAÇÃO? – <i>Alfredo Domingues Barbosa Migliore</i>	3
BOA-FÉ NAS RELAÇÕES ENTRE SÓCIOS – <i>Ana Beatriz Nunes Barbosa</i>	31
DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: O (DES)ASSISTIDO PELA CONSTITUIÇÃO – <i>Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo</i>	57
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI N. 8.429/92) – <i>Eduardo Arruda Alvim</i>	87
LEI DE BIOSSEGURANÇA: A NECESSIDADE DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – <i>Flavia Trentini e Jamili Abib Lima Saade</i>	109
LIMITES À RETROATIVIDADE DO PRECEDENTE UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA – <i>Gustavo de Medeiros Melo</i>	127
DESREGRAMENTO E PUNIÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS CLÁSSICOS – <i>Márcio Eduardo da Silva Pedrosa Morais</i> e <i>Carolina Senra Nogueira da Silva</i>	149
O DIREITO URBANÍSTICO-AMBIENTAL BRASILEIRO – PARADIGMA PARA A SUSTENTABILIDADE – <i>Maria Heliadora do Vale Romeiro Collaço</i>	171
EL PROCESO DE INTERNACIONALIZACIÓN Y DE INTERNALIZACIÓN DEL DERECHO AGRÁRIO – <i>Nancy L. Malanos</i>	199
A AÇÃO RESCISÓRIA NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – <i>Ronnie Freitas Mendes</i>	227
A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE <i>COMODITIES</i> E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL NO BRASIL: CONTRATOS DE SAFRAS FUTURAS, PRESTAÇÃO DE DAR COISA INCERTA, PRESTAÇÕES DE DAR COISA CERTA; CONTRATOS A PREÇO CERTO E VARIÁVEL – <i>Samuel Luiz Araújo</i>	253
POR UMA TEORIA INTEGRADA DO ESTADO JURÍDICO DAS PESSOAS: A PROPÓSITO DO ART. 472, SEGUNDA PARTE, CPC – <i>Willis Santiago Guerra Filho</i>	275
PARECERES	
PADRÃO MONETÁRIO E CONFISCO DE ATIVOS FINANCEIROS. DISTINÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DOS TRIBUNAIS SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE PROCESSUAL E MATERIAL DA ADPF N. 165 À HIPÓTESE – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	347

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 896 • junho 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



**PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS
TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Propaganda eleitoral (com as modificações implementadas pela Lei 12.034/2009)
LEANDRO DE OLIVEIRA STOCO E RUI STOCO 9
- A responsabilidade contratual sob os princípios da nova teoria do contrato
JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E RENATA PACCOLA MESQUITA 35

Segunda Seção

- Disciplina jurídica dos contratos derivativos
FÁBIO CARDOSO MACHADO 61

Terceira Seção

- Breves notas sobre a responsabilidade civil dos provedores de serviços na Internet
LEONARDO NETTO PARENTONI 75

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

Considerações em torno da Lei 11.690, de 09.06.2008

VILSON FARIAS 383

Segunda Seção

Jurisdição penal internacional: das origens ao Tribunal Penal Internacional

IVAN LUIZ DA SILVA 445

Terceira Seção

A pertinência do instituto da legítima defesa frente ao recurso informático do antivírus

SPENCER TOTH SYDOW 463

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

1. Supremo Tribunal Federal	481
2. Superior Tribunal de Justiça	515
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	571
4. Justiça dos Estados	596
Tribunal de Justiça do Acre	596
Tribunal de Justiça do Amapá	599
Tribunal de Justiça da Bahia	603
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	605

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 897 • julho 2010 • p. 1-800

Repositório autorizado de
Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Proc. 33/85 – DDID
(*DJU* 23.10.1985, p. 18861),
registrado sob n. 006/85

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Port. n. 8, de 31.05.1990
(*DJU* 06.06.1990, p. 5171).



PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

São Paulo

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel.: 0800-702-2433
www.rt.com.br

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

- Pressupostos para a compreensão da estrutura axiológica do moderno direito de obrigações
ROSA MARIA BARRETO BORRIELLO DE ANDRADE NERY 9

Segunda Seção

- O assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional na faixa de fronteira
RENATA DE SOUZA FURTADO 21
- Sentenças modulatórias: manipulação dos efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal e sentenças aditivas
SONIA BO CZAR 47

Terceira Seção

- O conflito entre os direitos fundamentais e os atos do cidadão que atentem contra a sua própria saúde
ÁLVARO BRITO ARANTES 61
- Da ainda incipiente autonomia das cautelares
MATEUS COSTA PEREIRA 81

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

O direito constitucional processual penal: o processo penal como garantia do indivíduo

IONILTON PEREIRA DO VALE..... 405

Segunda Seção

Crescimento e descodificação do direito penal

FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA..... 435

Terceira Seção

Notas acerca da reforma do Código de Processo Penal quanto às disposições gerais da prova: análise de problemáticas relativas aos arts. 155 e 156 do CPP

TIAGO ANTUNES DE AGUIAR..... 485

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

1. Supremo Tribunal Federal	509
2. Superior Tribunal de Justiça	551
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	597
4. Justiça dos Estados.....	621
Tribunal de Justiça do Acre.....	621
Tribunal de Justiça de Alagoas	625
Tribunal de Justiça do Amapá.....	632



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REVISTA DO FORO

Volume 124
Ano 2009.1

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO DO TJPB	3
---------------------------	---

SÚMULAS DO TJPB	11
-----------------------	----

PRESIDENTES QUE EXERCERAM INTERINAMENTE O CARGO DE GOVERNADOR DE ESTADO	19
---	----

DOCTRINAS

• CIVIL: <i>A Hermenêutica e a compreensão do ato de julgar: o juiz, o fenômeno jurídico e as circunstâncias</i> – Giovanni Magalhães Porto	21
---	----

• CRIMINAL: <i>A vítima na conduta delitiva: uma crítica ao sistema penal retributivo</i>	33
---	----

JURISPRUDÊNCIA CÍVEL

• TRIBUNAL PLENO

Ação Cautelar	53
Ações Rescisórias	60
Embargos Infringentes	78
Mandados de Segurança	81

• PRIMEIRA CÂMARA

Agravos	115
Apelações Cíveis	128
Apelações Cíveis e Remessas de Ex Offício	188
Apelação Cível e Recurso Adesivo	196

• SEGUNDA CÂMARA

Agravo de Instrumento	203
Apelações Cíveis	209
Apelação Cível e Recurso Adesivo	274
Embargos de Declaração	280
Remessas de Ofício e Apelações Cíveis	284
Remessa de Ofício	303

• TERCEIRA CÂMARA

Agravo de Instrumento	311
Apelações Cíveis	314
Remessas de Ofício e Apelações Cíveis	240

Revista

TRIBUTÁRIA

e de finanças públicas

Ano 18 • n. 91 • mar.-abr./ 2010

Coordenação-geral

EDVALDO PEREIRA DE BRITO

Coordenação de Jurisprudência

MARCELO CAMPOS

Publicação oficial da

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT

Repertório autorizado de Jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, sob o n. 33/01, de 13.11.2001, e pelo Superior Tribunal de Justiça, Portaria 6, de 11.06.2001 (DJU 19.06.2001), pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Portaria COJUD 2, de 21.03.2003 (DJU 25.03.2003), Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Portaria 311, de 15.12.1998, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Portaria 1, de 24.02.2003 (DJU 20.03.2003), e pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Despacho de 07.08.2003 (DJU 15.08.2003).

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Considerações sobre o Projeto de Lei 5.080/2009 – A nova Lei de Execução Fiscal
DIEGO MARTINEZ FERVENZA CANTOARIO 11
2. Sistema constitucional tributário e o fenômeno elisivo
EDUARDO CABRAL MORAES MONTEIRO 43
3. Regime de tributação dos cigarros: análise da ADIn 4.061
EDUARDO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI 79
4. Regra-matriz da incidência do ISS na administração de fundos
EMERSON VIEIRA REIS 101
5. Natureza jurídica de reembolso dos contratos de rateio de despesas (*cost-sharing agreements*) entre empresas do mesmo grupo econômico em âmbito internacional e sua não tributação no Brasil
FELIPE GAMBÔA ALVES DA COSTA 126
6. Ampla produção de provas no contencioso administrativo previdenciário e oitiva de prestadores de serviços enquadrados como empregados
GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL 179
7. Segurança jurídica em face da alteração de posicionamento dos Tribunais Superiores: limites da previsibilidade em matéria tributária
LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO 204
8. Breves considerações sobre a relação entre a praticabilidade tributária e a capacidade contributiva
LUANA NORONHA 250
9. A Lei 11.941/2009 e a possibilidade de cobrança da dívida ativa tributária por instituições financeiras
MARCIONILIA COELHO GUIMARÃES 281

10. A interpretação dos signos tributários na Constituição Federal
 RAPHAEL MANHÃES MARTINS 294
11. Não incidência do ICMS sobre serviço de caixa postal/
 correio de voz
 RENATO NUNES 327

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Problemas e perspectivas de mudança nos sistemas tributários contemporâneos
 JOÃO RICARDO CATARINO 337

III. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TAXA – Coleta, remoção e tratamento de lixo proveniente de imóveis – Inconstitucionalidade de lei que institui exação – Inocorrência – Serviço público que é específico e divisível – Tributo que não possui identidade integral da base de cálculo própria de imposto – Existência de repercussão geral. – STF – Repercussão Geral por QO em RE 576.321-8/SP – Sessão plenária – m.v. – rel. Min. Ricardo Lewandowski 365

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – Pessoa jurídica – Inconstitucionalidade do art. 2.º da Lei 7.689/1988 – Inocorrência – Definição da base de cálculo do tributo como valor do resultado do exercício, antes da provisão para o imposto de renda, que não viola o conceito de lucro. – STF – AgRg no Agln 617.390/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Cármen Lúcia 372

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IPI – Benefício fiscal de suspensão – Admissibilidade – Importação de peças destinadas à fabricação de painéis automotivos – Legislação que não exige utilização direta de produto importado para gozo de benesse –



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Revista Trimestral de Jurisprudência

ANO 29 JULHO-SETEMBRO DE 2008 N. 169

Sumário

Doutrina

Tráfico privilegiado: hediondez das mulas - José Henrique Kaster Franco 11

Jurisprudência Cível 17

Jurisprudência Criminal.....305

Legislação

Lei n. 3.536 de 4 de julho de 2008387

Noticiário401

Índice Onomástico

Jurisprudência Cível441

Jurisprudência Criminal.....445

Índice de Assunto

Jurisprudência Cível448

Jurisprudência Criminal.....453

Índice Numérico

Jurisprudência Cível457

Jurisprudência Criminal.....459



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Revista Trimestral de Jurisprudência

Sumário

Doutrina

Magistratura: História, Legislação e Realidade.

Vilson Bertelli e Luiza Vieira Sá..... 011

Jurisprudência Cível025

Jurisprudência Criminal.....349

Legislação

Lei n. 3.572 de 30 de outubro de 2008447

Lei n. 3.576 de 5 de novembro de 2008448

Lei n. 3.579 de 5 de novembro de 2008451

Lei n. 3.588 de 27 de novembro de 2008452

Lei n. 3.624 de 23 de dezembro de 2008.....453

Índice Onomástico

Jurisprudência Cível457

Jurisprudência Criminal.....459

Índice de Assunto

Jurisprudência Cível463

Jurisprudência Criminal468

Índice Numérico

Jurisprudência Cível473

Jurisprudência Criminal.....475

Revista da
AJURIS
ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

**DOCTRINA
JURISPRUDÊNCIA COMENTADA
PALESTRAS E CONFERÊNCIAS
PONTO DE VISTA**

**ANO XXXVII - Nº 117
MARÇO DE 2010**



DOCTRINA NACIONAL

ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL

O direito fundamental ao mínimo existencial como conceito normativamente dependente

13

ANDRÉ PERIN SCHMIDT NETO

Aplicação do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor: análise da relação jurídica de consumo

45

ÂNGELA HACKBART CONDE

Da aplicabilidade da lei de improbidade administrativa aos prefeitos municipais

71

BEN-HUR RAVA

Uma perspectiva econômica do contrato

101

CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN

Ação regressiva acidentária à luz da teoria pura do direito de Hans Kelsen

109

FABIANA MARION SPENGLER E EDUARDO HENRIQUE WARTSCHOW

A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar dos conflitos

131

GRÉGORI ELIAS LAITANO

Criminologia moderna do ser ao outro: aproximações desde sua epistemologia

143

JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE

A reabilitação da razão prática operacionalizada pela jurisdição no âmbito do constitucionalismo contemporâneo

183

LEONARDO GRISON

Segurança jurídica e a crise da racionalização da jurisdição e do processo

195

LUCIANO BENETTI TIMM, RAFAEL BICCA MACHADO E LUIZ GUSTAVO MEIRA MOSER

Um panorama da arbitragem na justiça estadual do Rio Grande do Sul

213

LÚCIO ANTÔNIO BIAZUS

O fim da entidade familiar e seus reflexos na sociedade empresarial

227

LÚCIO GRASSI DE GOUVEIA

Breves considerações acerca da construção da norma jurídica diante do caso concreto pelo julgador

245

MARCEL VITOR DE MAGALHÃES E GUERRA

Art. 88 – competência internacional e cláusulas de eleição de foro: necessidade de quebra do critério right not to be sued abroad recentemente estabelecido pelo STJ no REsp. 804.306 como regra fixa de hermenêutica

257

NÉFI CORDEIRO

Delação premiada na legislação brasileira

273

PAULO MAYCON COSTA DA SILVA

Defensoria pública estadual: não incidência do parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal

297

RAFAEL PETEFFI DA SILVA

Wrongful conception, wrongful birth e wrongful life: possibilidade de recepção de novas modalidades de danos pelo ordenamento brasileiro

311

ROBERTO JOSÉ LUDWIG

Algumas observações sobre a possibilidade de fundamentação dos direitos humanos

343

Revista IOB DE DIREITO DE FAMÍLIA

ANO XII — Nº 59 — ABR-MAIO 2010

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA
Superior Tribunal de Justiça — Nº 46/2000

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

EDITOR

Simone Costa Saletti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Villaça Azevedo, João Baptista Villela, Priscila M. P. Correa da Fonseca,
Sergio Matheus Garcez, Sergio Resende de Barros

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alicia Nara Fortes da Silva, Andréia Costa Vieira, Bianca Ferreira Papin,
Caroliny Beatriz Almeida Dellaparte, Christiano Cassettari, Diogo Luna Moureira,
Elisa Silvino Ferreira da Silva, Eurípedes Brito Cunha, Gabriela Oliveira Freitas,
Jesusaldo Eduardo de Almeida Júnior, Luiz Carlos de Assis Júnior, Marlus Garcia do Patrocínio,
Maurício Bunazar, Paes de Lira, Rodrigo Santos Neves, Rosana da Silva Pires,
Sérgio Barradas Carneiro, Valdicéia Maria dos Santos Andrade

Assunto Especial

DIVÓRCIO E A PEC 28/2009

DOCTRINAS

1. PEC do Divórcio Põe Fim à Discussão sobre a Culpa
Bianca Ferreira Papin 7
2. Separação, Divórcio e Inventário por Escritura Pública após Três Anos de Vigência
Christiano Cassettari 13
3. A Inviabilidade da Manutenção da Separação Como Requisito para o Divórcio Frente à Autonomia Privada
Luiz Carlos de Assis Júnior 16
4. PEC 28/2009 e a Nova Regra para o Divórcio
Marlus Garcia do Patrocínio 32

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ) 35
2. Ementário 39

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Inalienabilidade, a Incomunicabilidade, a Impenhorabilidade e o Direito das Sucessões
Rodrigo Santos Neves 43
2. Pelas Portas de Villela: um Ensaio sobre a Pluriparentalidade Como Realidade Sociojurídica
Maurício Bunazar 63
3. Seleção Terapêutica de Embriões: Questões Éticas e Jurídicas Acerca da Nossa Autoconsciência Enquanto Seres da Espécie Humana
Diogo Luna Moureira 74
4. Os Direitos Humanos da Criança e o Instituto da Adoção Internacional: a Função Social da Adoção sob a Perspectiva da Nova Lei
Andréia Costa Vieira, Rosana da Silva Pires, Elisa Silvino Ferreira da Silva, Valdicéia Maria dos Santos Andrade, Caroliny Beatriz Almeida Dellaparte e Alcía Nara Fortes da Silva 105
5. Os Danos Morais pelo Descumprimento dos Deveres Pessoais no Casamento
Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior 119

6. A Execução de Alimentos após a Lei nº 11.232/2005 Gabriela Oliveira Freitas	145
---	-----

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça	152
2. Superior Tribunal de Justiça	161
3. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	170
4. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.....	174
5. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	179
6. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.....	184
7. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....	189
8. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	193
9. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	196

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência.....	199
-------------------------------------	-----

EM POUCAS PALAVRAS

1. Ser Velho É Ser Incapaz? Eurípedes Brito Cunha.....	221
---	-----

ACONTECE

1. Projeto de Lei Prevê Mudança em Pensão Alimentícia	224
2. Projeto de Lei Facilita a Separação de Casais	228
3. Projeto de Lei Estabelece Que, Concorrendo à Herança do Falecido Irmãos Bilaterais com Irmãos Unilaterais, Cada um Destes Herdará Partes Iguais	229

Índice Alfabético e Remissivo	231
--	------------

Normas Editoriais para Envio de artigos	235
--	------------